

EFETIVAÇÃO DE DIREITOS AMPARADOS PELA LEI 10.216: PROJETO DE EXTENSÃO OFICINAS TERAPÊUTICAS INTERDISCIPLINARES NA ENFERMARIA PSIQUIÁTRICA DO HCU-UFU

Júlia de Melo Silva¹; Sara Silva de Brito²; Lucas Martins Oliveira³; Eliana Borges Silva Pereira⁴

¹Acadêmica do curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: juliademelosilva98@gmail.com; ²Acadêmica do curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: sara-silva12@hotmail.com; ³Acadêmico do curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: lucasm.oliveira95@gmail.com; ⁴Enfermeira. Centro Universitário do Triângulo (UNITRI). E-mail: eborgespereira@ufu.br.

Introdução: O hospital psiquiátrico, mesmo após sua ressignificação durante a Reforma Psiquiátrica brasileira, ainda traz consigo características típicas de instituições totais, como o contato limitado com o mundo exterior, a adequação dos internados aos horários da instituição, a realização das atividades diárias em grupo, o uso de vestimentas padronizadas e a submissão dos pacientes a uma pequena equipe dirigente. Nesse sentido, a inserção de atividades que rompam com alguns desses preceitos e prezem pela valorização da individualidade de cada internado são essenciais para o cumprimento da política de saúde mental brasileira. **Justificativa:** A extensão possibilita criação de vínculos entre Universidade e comunidade a fim de produzir saberes, suprir necessidades e superar exclusões. Com esses objetivos, e amparado pela Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216), o projeto Oficinas Terapêuticas Interdisciplinares insere-se. Propõe empoderar universitários, pacientes e funcionários envolvidos à luz da Reforma Psiquiátrica brasileira; suprir a necessidade de atividades terapêuticas da Enfermaria Psiquiátrica do HCU-UFU, ampliar as perspectivas dos extensionistas sobre seus cursos; possibilitar o protagonismo social dos estudantes junto à comunidade. **Desenvolvimento:** Graduandos das faculdades de Artes, Música, Teatro, Dança, Letras, Pedagogia, Psicologia, Medicina e Enfermagem executaram semanalmente Oficinas no setor de saúde mental do HCU-UFU por um período de dez meses. Aos pacientes foi dado um meio de expressão da sua individualidade e um lugar de fala, escuta e acolhimento. O projeto alterou a rotina do setor, com retorno final positivo dos funcionários, dos pacientes e de seus familiares. Destaca-se que o trabalho interdisciplinar em rede esteve presente e os estudantes puderam utilizar conceitos e habilidades teóricas na vivência prática, bem como aprender com as experiências dos funcionários e dos pacientes. Apesar das dificuldades do trabalho interdisciplinar, uma rica produção material e imaterial foi construída. Por meio da experiência, os estudantes puderam ser mediadores da transformação social, canal para integração e socialização dos pacientes psiquiátricos. **Conclusões:** O projeto revela a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social, ao impactar a rotina da enfermaria e a forma de lidar com a loucura e possibilitar aos pacientes o acesso efetivo a direitos dispostos em lei, ou seja, à cultura, à reinserção social e ao lazer. Também, possibilita a reformulação das habilidades profissionais de cada estudante através da vivência prática e a criação de vínculos e troca de saberes entre os discentes e a comunidade interna e externa do HCU-UFU.

Palavras-chave: Saúde Mental; Comunicação Interdisciplinar; Relações Comunidade-Instituição; Aprendizagem.

Conflito de interesses: A co-autora Sara Silva de Brito declara ter sido bolsista do Programa de Bolsas de Graduação (PBG) por meio do projeto relatado no presente trabalho acadêmico.

Referências:

BRASIL. Lei 10.216 de 06 de abril de 2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Planalto: 2017.

BENELLI, SJ. Goffman e as instituições totais em análise. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2014. cap.2, p. 23-6.